



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2021.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **EXCELLENCE REFEIÇÕES EIRELI ME**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada inabilitada a empresa **EXCELLENCE REFEIÇÕES EIRELI ME** no **lote 01**, única licitante participante, manifestou-se o representante presente da citada empresa sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **EXCELLENCE REFEIÇÕES EIRELI ME**, devidamente protocolado sob nº **2851/2021** às **16h:01m:30s**, do dia **25/03/2021**.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 18/2021** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 09/2021** e nas razões de recurso apresentada pela empresa recorrente, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não do Recurso Administrativo, apresentado pela empresa EXCELLENCE REFEIÇÕES ELRELI ME, protocolada tempestivamente sob nº.2851/2021 contra a r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento de licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº.09/2021.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. A empresa Recorrente protocolou o presente recurso administrativo, tempestivamente, solicitando a reconsideração da inabilidade referente ao alvará sanitário apresentado.

4. consta do Recurso que o alvará apresentado no momento do pregão com endereço de Monte Alto, está vencido pois não houve renovação de licença devido à situação de pandemia.

a) **Entendemos que este argumento está devidamente justificado, sendo plausível reconsiderar o vencimento do alvará, pois consta o protocolo da renovação da licença, que ainda não foi deferida por questões de ordem que deverão ser sanadas pelo poder público daquela localidade.**

Outro argumento refere-se ao fato de que não sede da empresa, TAQUARAL-SP, não possui alvará sanitário, pois trata-se do escritório administrativo, não sendo manipulado nenhum alimento naquele local, razão esta não possui alvará sanitário da sua sede.

b) **Neste ponto, entendemos que resta devidamente justificado a ausência de alvará sanitário da sede da empresa, na Rua Santa Rita, nº.41 Taquaral-SP, pois é local destinado ao escritório da empresa.**

Por fim, outro argumento trazido é que o Alvará Sanitário desta localidade, deverá ser obtido assim que começar a realizar os serviços de alimentação nas dependências da contratante.

c) **Assim, não há como exigir desta empresa que apresente alvará sanitário da localidade de Bebedouro, pois esta empresa ainda não presta serviços neste município.**

5. **O presente Recurso merece provimento.**

6. A Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente determina que as contratações públicas sejam precedidas de procedimento licitatório.

7. Sendo um procedimento anterior ao próprio contrato, permite que várias pessoas ofereçam suas propostas, e em consequência, permite também que seja escolhida a mais vantajosa para a Administração.

8. Como foi instruída por fundamentos próprios, a licitação é norteada por alguns princípios, alguns dos quais expressos em lei, os quais definem os lineamentos em que se deve situar o procedimento.

9. Dentre estes princípios, destaca-se o **PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, que é a garantia do administrador e dos administrados.

10. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observada por todos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

11. Se a regra não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.
 12. Por este princípio evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração.
 13. Assim, é vedado à Administração e aos licitantes, o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a oferta de produto diverso daquele descrito no edital.
 14. O Edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece, sendo ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes.
 15. Nesse sentido, é expresso o artigo 41 da Lei de Licitações:
“A Administração não pode descumprir as normas e as condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”
 16. Sob este contexto, afirma-se que a Administração Pública, deve tratar todas as pessoas sujeitas às suas jurisdições com igualdade. Isto é, sempre que a Administração pretender praticar ato que gere benefício a alguém, todos os interessados no referido benefício devem e têm o direito de ser tratados com igualdade por ele. Seguindo esta linha de raciocínio, a licitação decorre do direito das pessoas de serem tratadas com igualdade pela Administração. Por conseguinte, para tratar todos com igualdade, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira.
 17. Assim, diante da obrigatoriedade da Administração seguir rigorosamente as regras previstas no edital, temos que razão assiste a Recorrente, pois a carência do Alvará Sanitário é facilmente sanada, pois este de fato existe, e só não houve a renovação no município de Monte Alto por conta da Pandemia do Coronavírus.
- III – DA CONCLUSÃO**
18. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, opinamos pelo **provimento** do Recurso Administrativo.

Convenço-me de que não assiste razão ao Pregoeiro na sua decisão anteriormente proferida, onde declarou inabilitada a empresa licitante: **EXCELLENCE REFEIÇÕES EIRELI ME**. Neste sentido, a r. decisão do Pregoeiro não deve ser validada.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparo no parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **provimento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, **reformando** assim a decisão recorrida, para o fim de **declarar HABILITADA** a empresa **EXCELLENCE REFEIÇÕES EIRELI ME**, pelo atendimento aos documentos exigidos no Edital da presente licitação.

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos, em atendimento ao **item 14.3** do **Edital nº 18/2021** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 05 de abril de 2021.

LUCAS GIBIN SEREN
PREFEITO MUNICIPAL